

Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Saúde Mental

Data: 03/06/2026

Início: 15H30

Local: Auditório C - SMS

Coordenador da Comissão: justificado a ausência

Vice Coordenadora da Reunião: Malú

Relatoria da Comissão: Maíra S. de Mattos

Relação de presentes: lista disponível na Secretaria Executiva do CMS para solicitação das declarações de presença.

Justificativa de Ausência: lista disponível na Secretaria Executiva do CMS.

Memória da Reunião:

1 A reunião teve início com o acolhimento aos presentes e apresentação da pauta do dia conduzida pela Vice-Coordenadora, Sra. Malu. Em seguida, foi colocada em apreciação a memória da reunião ordinária realizada em maio de 2026. Não havendo manifestações de oposição ou solicitações de correções por parte dos conselheiros, a referida memória foi considerada aprovada por unanimidade.

2 A Sra. Sonia R. B. Rustik realizou a apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), elaborado com base em dados consolidados do sistema nacional de informações em saúde e extraídos diretamente do prontuário eletrônico (e-Saúde). O relatório contempla o acompanhamento multiprofissional de usuários, o monitoramento das metas pactuadas e a execução das ações planejadas para o período de janeiro a abril de 2026 (1º quadrimestre). Durante o quadrimestre, foram registrados 4.610 acolhimentos, 4.120 usuários de mesa acompanhados e 573 atendimentos na unidade de estabilização. No âmbito do ambulatório para tratamento de estados, foram realizadas 7.343 consultas multiprofissionais, mantendo-se o acompanhamento ativo de 888 usuários sob cuidados multiprofissionais contínuos. Sonia ressaltou o compromisso em manter e aprimorar a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência, incluindo a atenção ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Destacou que, embora todos os programas recebam atenção da gestão, as necessidades e prioridades das pessoas com deficiência são tratadas de forma a evitar quaisquer impedimentos de acesso ou de assistência.

3 Em relação à Programação Anual de Saúde, os indicadores demonstram que as ações do quadrimestre estão em conformidade com as metas estabelecidas para o corrente ano: **Ações de Promoção e Prevenção para Populações Vulneráveis (Item 1.8)**: Foram desenvolvidas 16 ações de caráter intersetorial, executadas principalmente em parceria com a Fundação de Ação Social (FAS), destacando-se a atuação conjunta do programa Consultório na Rua e do recém-criado Programa Base, que visa a articulação multissetorial. **Atendimento à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei (Item 1.1.27)**: A meta estipulada de quatro ações foi integralmente cumprida (quatro ações realizadas), engajando um trabalho articulado junto ao Centro Socioeducativo Joana Richa (voltado ao acolhimento de meninas) e a retaguarda assistencial fornecida pelos CAPS de referência.

4 **Debate e Esclarecimentos sobre Casos Complexos**: A Conselheira Malu trouxe ao colegiado um questionamento referente ao trágico falecimento de uma

adolescente de 12 anos, que estava abrigada e sob custódia temporária no Centro Socioeducativo Joana Richa devido a conflitos familiares e destituição de guarda. A conselheira indagou sobre o histórico de acompanhamento do caso pelo CAPS e a articulação da rede assistencial. A Sra. Manuela, representante do setor de Saúde Mental, prestou esclarecimentos técnicos informando que a rede atua no acompanhamento provisório das adolescentes acolhidas no Joana Richa, tanto no cumprimento de medidas definitivas quanto provisórias. Informou que a adolescente em questão havia sido apreendida recentemente e encontrava-se em período inicial de observação na unidade. Explicou que o fluxo de atendimento prevê o acionamento do CAPS e do Hospital de Clínicas (HC) como suporte de retaguarda, condicionado à identificação de risco pela equipe local. Manuela enfatizou que reuniões periódicas do Grupo de Trabalho ocorrem de forma contínua com os coordenadores das unidades de internamento e semiliberdade para qualificar as ações de prevenção e identificação de riscos. O caso em questão foi amplamente discutido entre as equipes técnicas dada a gravidade do ocorrido e o histórico anterior de estabilidade de episódios semelhantes. Sonia Rustik reforçou a necessidade de contínua investigação e manutenção das metas preventivas como ações de caráter ininterrupto dentro do plano de saúde.

5 Expansão Física da Rede e Planejamento: Foram prestados informes acerca das obras de expansão física e do planejamento de novos serviços na rede assistencial: Unidade de Atenção em Saúde Mental (Indicador 2.1.1.3): O processo administrativo encontra-se concluído e o respectivo contrato assinado. Embora administrativamente possa haver desdobramentos ainda este ano, o planejamento oficial de inauguração e inserção orçamentária está programado para o próximo ano. Em relação à implantação de um CAPS Infantil adicional, informou-se que não há previsão orçamentária para o período. Novo Hospital do Bairro Novo (Item 2.1.1.4): Foi realizada a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo hospital geral, que contará com suporte técnico e financeiro do Governo do Estado. O projeto prevê a oferta de leitos gerais de retaguarda e leitos psiquiátricos especializados em hospital geral, com estimativa de capacidade final entre 200 e 300 leitos de apoio até o último ano da gestão atual. As tratativas atuais envolvem trâmites detalhados de aprovação de projetos arquitetônicos e regulatórios. Destacou-se o avanço das obras da unidade Matriz, localizada no Jardim Ambiental. O espaço físico está em fase de instalação de divisórias internas e acabamentos finais, com previsão de entrega oficial estimada para o final do ano em curso ou início do primeiro quadrimestre do próximo ano. A estrutura funcionará como a sede de atendimento distrital da Matriz.

6 Modalidade Virtual de Atendimento e Atenção Psicossocial: A Sra. Sonia apresentou dados sobre o indicador referente ao número de atendimentos virtuais realizados pelos CAPS (Item 2.1.1.6). Destacou-se o serviço de psicologia na modalidade virtual, que atinge uma média de 1.080 consultas mensais, facilitando o acesso ao tratamento de usuários com limitações severas de mobilidade e deslocamento urbano. A Conselheira Malu questionou se há mapeamento das queixas mais frequentes dos usuários dessa modalidade, particularmente com foco em demandas associadas ao consumo de substâncias psicoativas. Malu contrapôs duas linhas conceituais identificadas na administração: a abordagem psicossocial e de redução de danos defendida pelo setor de saúde versus diretrizes voltadas à internação compulsória e abstinência como única via de reabilitação. Sonia respondeu que, conquanto os dados epidemiológicos possam ser extraídos por classificação de CID de forma agregada, o sigilo profissional dos prontuários individuais é rigorosamente mantido. Reforçou que a diretriz principal da pasta de saúde prioriza o

acolhimento humanizado e o suporte assistencial contínuo, atuando ativamente por meio de serviços de portas abertas (CAPS) e do trabalho territorial intensivo do Consultório na Rua.

7 Participação Social, Controle Coletivo e Absenteísmo: O colegiado debateu de forma aprofundada as dinâmicas de funcionamento e os requisitos de formalização das comissões e conselhos locais de saúde. A conselheira manifestou preocupação com barreiras burocráticas, tais como a exigência de inscrição no CNPJ para a elegibilidade e representação formal das entidades no conselho municipal, citando o elevado custo e complexidade administrativa para manutenção destas estruturas jurídicas por coletivos de base (como o coletivo Focos). Sonia argumentou que a participação cidadã nas esferas locais de saúde é de suma importância e independe do poder de voto deliberativo formal. Defendeu que a sensibilidade técnica das equipes de saúde da família e o diálogo direto com a comunidade são canais eficazes para a acolhida de propostas territoriais legítimas, citando o exemplo histórico do programa de alfabetização de adultos desenvolvido na Unidade de Saúde Solitude (Pinheirinho). A Coordenadora Interina trouxe à discussão a necessidade de comprometimento coletivo nos fóruns de debate público como o programa Fala Curitiba apontando para a baixa adesão de representantes e usuários nos canais oficiais de consulta popular. Criticou o viés de reivindicações baseadas em demandas estritamente individuais ou corporativas em detrimento de visões coletivas de investimento do orçamento público. Adicionalmente, expressou forte indignação quanto ao absenteísmo em consultas agendadas na rede de atenção especializada, que atinge o expressivo índice de 38% de faltas não justificadas por parte dos usuários que confirmam previamente os agendamentos. Alertou que tais ausências geram grave ociosidade profissional, desperdício de recursos orçamentários e ampliação das filas de espera, conclamando a comissão e os conselheiros para a realização de uma campanha educativa enérgica voltada à conscientização sobre o não comparecimento em consultas e exames especializados.

8 Encerramento e Votação: Após amplas discussões de todos os pontos de pauta, a Coordenadora Interina submeteu à apreciação e votação dos conselheiros presentes o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA). Posto em votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros habilitados. Nada mais havendo a tratar, a Vice-Coordenadora declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente memória, que vai devidamente assinada.

Reunião encerrada: 16h30

Próxima Reunião: 01/07/2026